

ENTREVISTA JORGE HAGE – MINISTRO DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU)



Perfil Financeiro – Com fundamento na Constituição Federal, a Resolução 1.120/05, do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA) instrui no sentido de criar e implementar um Sistema de Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo municipais, para auxiliar o Tribunal e a Câmara Municipal na fiscalização do cumprimento da Lei Complementar nº101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Nesse sentido, como é composto esse Sistema e como se realiza a sua ação?

Jorge Hage – É claro que meu comentário se prende ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pois esta é a área de jurisdição da Controladoria-Geral da União. Mas tenho defendido, sempre, que estados e municípios criem também seus próprios órgãos de controle, para auxiliar os gestores no aprimoramento da gestão. Considero oportuna a Resolução 1.120/05 do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia e espero que se criem também formas de estimular os municípios, na Bahia e em outros estados, a criarem suas controladorias.

PF – Como resumir, para o público comum, o que é Controladoria, qual a sua função e a importância de se instalar uma Controladoria no município?

JH – A CGU é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e nos últimos anos ampliou muito sua forma de agir. Atualmente, além das ações convencionais de auditoria e fiscalização, a CGU é responsável também pelas funções

de correção e de prevenção e combate à corrupção. Nesse sentido desenvolve um trabalho de orientação, advertência e alerta ao gestor, antes que os problemas se transformem em irregularidades consumadas. Na esfera da prevenção, a CGU tem implementado enormemente a transparência das contas públicas e fomentado a participação da sociedade no controle dos gastos públicos.

Somente na Bahia, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, da CGU, já alcançou 1.108 cidadãos (428 agentes públicos, 473 conselheiros e 207 lideranças), com cursos presenciais em 95 municípios. E quase 32 mil alunos e 1,5 mil professores de 267 escolas baianas participaram dos concursos nacionais de redação e desenho promovidos pela CGU, para disseminar noções de ética e cidadania entre os jovens. E mais: 21,4 mil alunos de 34 escolas baianas participaram do projeto Um Por Todos, Todos Por Um, que utiliza material especialmente produzido por Maurício de Sousa, criador da Turma da Mônica, com os mesmos objetivos.

PF – Com base na Resolução 1.120/05, do TCM, sabe-se que esta prevê que as atividades do controle interno nos municípios devam ser realizadas por ocupantes de cargos públicos do quadro permanente. Nesse sentido, como o senhor vê a questão das prefeituras municipais em relação à capacitação de pessoal na área contábil e na independência de gerir seus próprios recursos?

JH – É claro que as atividades de fiscalização e controle não devem ser terceirizadas. O certo é

que sejam desenvolvidas por servidores efetivos e, de preferência, integrantes de uma carreira especializada. Mas sabemos que a realidade da imensa maioria dos municípios, baianos e brasileiros, está longe de contar com essas condições. Dessa forma, entendo que o melhor a fazer é estabelecer um corte, levando em conta o porte dos municípios, para cobrar o funcionamento de controladorias com tais exigências apenas aos que tivessem condições. Nos municípios situados abaixo do corte, as controladorias seriam criadas livres dessa exigência e teriam seu funcionamento monitorado pelo TCM, que buscaria o contínuo aprimoramento de cada uma dessas controladorias.

PF – Considerando-se ainda que alguns municípios não dispõem de um setor de Contabilidade especializada e que a contabilização dos recursos municipais seja realizada por Consultoria Contábil, como se dá a capacitação desses agentes e a fiscalização dessa atividade?

JH – O número de municípios nessa situação é bem maior do que se imagina. E isso, infelizmente, está na raiz de inúmeras irregularidades que temos encontrado nas fiscalizações feitas em municípios que sorteamos, em todo o país, para verificar a aplicação de recursos federais. A CGU criou, inclusive, em 2005, o Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal, para capacitar gestores nos municípios onde os problemas encontrados não configuram propriamente desvios criminosos, mas sim despreparo e falta de capacitação, como a que você se refere em sua pergunta. Esse programa inscreve municípios interessados e os sorteia para cursos de capacitação que duram cerca de uma semana e envolve também outros municípios do entorno.

Na Bahia, 424 servidores públicos de 38 municípios do estado já foram beneficiados com cursos presenciais de capacitação e 298 servidores de 31 municípios baianos foram beneficiados com treinamentos sobre controle interno. Nesses cursos, fornecemos uma bibliografia básica sobre a

gestão de programas federais desenvolvidos nos municípios, incluindo legislação e manuais técnicos sobre o assunto.

PF – Além da verificação dos registros administrativos, existem outros métodos para a verificação da aplicação das normas vigentes no âmbito do Sistema de Controle Interno?

JH – A fiscalização da CGU não verifica apenas documentos. Vai a campo acompanhar e medir obras; verificar estoques de itens como insumos para a preparação da merenda escolar e medicamentos nos postos de saúde; avaliar as condições de armazenamento desses itens; entrevistar a população para saber da regularidade da prestação de serviços básicos, sobretudo na área social; checar endereços de empresas e procedência de notas fiscais. E isso tem nos levado a descobrir graves irregularidades que nunca seriam descobertas com a simples verificação de registros administrativos.

A seguir enumeramos um *ranking* de municípios baianos com maior número de irregularidades encontradas em relação ao número de ordens de serviço efetivamente cumpridas (fiscalizações específicas em cada ação de um determinado programa) durante as fiscalizações por sorteio. A base utilizada abrange 14 edições (da 20ª à 33ª) do Programa de Sorteio.

Município	Sorteio	Média
Itaparica	031	5,8
Gandu	027	5,6
Ibirataia	026	5,3
Camamu	025	4,6
Itabuna	029	4,3
Guaratinga	027	4,2
Iraquara	025	4,1
Conceição do Coité	026	4,0
Ibicaraí	033	3,9
Nazaré	033	3,8

PF – Em sua opinião, quais as limitações existentes que dificultam o funcionamento ideal dos Sistemas de Controle Interno nos municípios baianos?

JH – Em resposta anterior já me referi à principal dessas limitações: o pequeno porte e a falta de recursos da maioria dos municípios brasileiros para suportar, em sua estrutura, um sistema de controle interno que funcione adequadamente. Outro problema é a falta de acompanhamento do trabalho da controladoria dos municípios.

Aproveito para citar aqui o exemplo de um pequeno município da Chapada Diamantina, Érico Cardoso, onde a fiscalização da CGU descobriu, em fiscalização feita em 2007, que justamente o titular da Controladoria Municipal era o responsável por grande parte das irregularidades constatadas no município, incluindo licitações fraudadas para beneficiar empresas a ele vinculadas.

PF – Diversas leis auxiliares estão sendo criadas no Brasil, objetivando a moralização nos gastos públicos, o aumento da transparência e o combate à corrupção. Não há dúvida que a situação hoje é muito melhor do que há 20 ou 30 anos. Mas ainda há um longo caminho a trilhar. O senhor é otimista em relação ao efetivo cumprimento das leis ou a corrupção é mesmo um fator cultural e nunca vamos conseguir evitar totalmente a cultura patrimonialista nos gastos públicos municipais?

JH – É claro que sou otimista, embora saiba que ainda há um longo caminho a percorrer. Se ficarmos valorizando razões históricas e culturais para o atraso nessa área, não conseguiremos avançar. Entre as leis que visam à moralização e o aumento da transparência nos gastos públicos está a Lei Complementar 131, de maio de 2009, e que o governo federal já cumpre integralmente, desde então. Quanto aos municípios, a lei estabelece prazos diferenciados, a depender do porte de cada um, para que todos passem, também, a cumprir a lei, expondo na internet todas as informações sobre suas receitas e despesas, para acompanhamento pela sociedade.

PF – Por fim gostaríamos que o senhor nos fizesse um breve balanço dos avanços no Sistema de Controladoria Interna durante os

governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e nos dizer quais seriam os principais desafios a serem vencidos pela presidenta Dilma em relação a essa questão.

JH – Os avanços nessa área são inegáveis. O governo Lula atuou em todas as frentes na prevenção e no combate à corrupção. Para citar alguns exemplos, pois não é possível esgotar, neste espaço, todas as iniciativas tomadas, criamos o Portal da Transparência, um dos mais completos do mundo em seu gênero, premiado muitas vezes, inclusive pela ONU, e copiado por vários países; criamos o programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que vem fomentando o controle social sobre as contas públicas; expulsamos do serviço público, até dezembro de 2010, quase três mil servidores, a maioria deles por prática de atos ligados à corrupção; propusemos ao Congresso Nacional algumas medidas de suma importância para aprimoramento do marco legal nessa área; os órgãos encarregados de fiscalização, investigação e controle sobre a aplicação de recursos públicos têm atuado de forma articulada, sobretudo a Controladoria-Geral da União, a Polícia Federal e o Ministério Público, com operações conjuntas no desbaratamento de antigos esquemas organizados para desviar recursos públicos em todo o país. É bom lembrar que quase a totalidade dos esquemas agora desbaratados pré-existiam ao governo Lula, sem nunca terem sido incomodados: “gafanhotos”, “vampiros”, “sanguessugas”, “gabiru”, “navalha” (este último com seu epicentro na Bahia).

A presidenta Dilma, que sempre acompanhou o trabalho da CGU, já nos disse que sua intenção é não apenas dar seguimento ao que vem sendo feito, mas aprofundar ainda mais a luta contra a corrupção e tomar novas iniciativas. Em seu discurso de posse ela afirmou textualmente que “a corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para atuarem com firmeza e autonomia”. E na primeira reunião ministerial disse que, para ela, eficiência e conduta ética são faces da mesma moeda, ou seja, não há gestão realmente eficiente se não for rigorosa no campo ético.